



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

GMAC ADMINISTRADORA
DE CONSÓRCIO LTDA.

EXERCÍCIO FINDO EM
31 DE DEZEMBRO DE 2023

Índice

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	3
RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA	4
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	6

Demonstrações Financeiras Individuais

BALANÇOS PATRIMONIAIS	9
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO	10
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE	11
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	13
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS RECURSOS DE CONSÓRCIOS	14
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS VARIAÇÕES NAS DISPONIBILIDADES DOS GRUPOS DE CONSÓRCIOS	15

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais

1. CONTEXTO OPERACIONAL	16
2. ELABORAÇÃO E PUBLICAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	16
3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS	17
4. DISPONIBILIDADES	22
5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	23
6. OUTROS ATIVOS E ATIVO FISCAL DIFERIDO	24
7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	24
8. OUTRAS OBRIGAÇÕES DIVERSAS	27
9. OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES E DIFERIDAS	28
10. PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRABALHISTAS E OBRIGAÇÕES LEGAIS	28
11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	30
12. RENDAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO	30
13. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS	31
14. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	31
15. DESPESAS COM PROVISÕES E OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	32
16. DESPESAS TRIBUTÁRIAS	32
17. PARTES RELACIONADAS	32
18. GERENCIAMENTO DE RISCO	33

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores cotistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial e as respectivas Demonstrações do Resultado, dos Resultados Abrangentes, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, da GMAC Administradora de Consórcios Ltda., e as demonstrações consolidadas dos grupos de consórcios e as respectivas Demonstrações Consolidadas das Variações das Disponibilidades dos Grupos de Consórcios relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Os títulos e valores mobiliários referentes aos certificados de depósitos bancários não foram adquiridos com o propósito de serem frequentemente negociados e a Administração tem a intenção e a capacidade de mantê-los até o vencimento e, portanto, foram classificados na categoria “títulos mantidos até o vencimento”.

São Paulo, 14 de março de 2024.

A Administração

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Em atendimento ao disposto no Art. 15, da Resolução do Banco Central do Brasil nº 4.910 de 27/05/2021, divulgamos o resumo do relatório semestral do Comitê de Auditoria, juntamente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do conglomerado econômico-financeiro da GM Financial Brasil, composto por Banco GM S.A. e GMAC Administradora de Consórcios Ltda.

O período de referência do documento é o exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

O Comitê de Auditoria foi instalado em 18 de fevereiro de 2011 por deliberação da Assembleia Geral dos Acionistas do Banco GM S.A. e atua como órgão único para a GM Financial Brasil.

As reuniões do Comitê de Auditoria com a auditoria independente, com a auditoria interna e com a Diretoria da instituição ocorreram em 10 de novembro de 2023 e em 14 de março de 2024, tendo o conteúdo de tais encontro sido devidamente formalizado em atas.

Na reunião de 14 de março de 2024, o Comitê de Auditoria avaliou as demonstrações financeira e contábeis da data-base de 31 de dezembro de 2023 sem que se tenham registrado observações relevantes em relação a esses documentos.

Na ocasião, o Comitê de Auditoria também assumiu a responsabilidade pela avaliação dos seguintes documentos:

- Relatório semestral qualitativo e quantitativo referente a atividades desenvolvidas pela Ouvidoria (data-base 31 de dezembro de 2023), conforme determinações da Resolução nº 4.860/2020 do Conselho Monetário Nacional e da Resolução do Banco Central nº 28/2020;
- Relatório anual de avaliação de efetividade da política, dos procedimentos e dos controles internos de prevenção à prática dos crimes de lavagem e ocultação de bens, direitos e valores e de financiamento ao terrorismo, em atendimento às disposições da Circular do Banco Central nº 3.978/2020;
- Relatório anual de auditoria interna (data-base 31 de dezembro de 2023); e
- Plano anual de auditoria interna para o ano de 2024, ambos em cumprimento à Resolução nº 4.879/2020 do Conselho Monetário Nacional.

Em termos de efetividade da auditoria independente e da auditoria interna, o Comitê de Auditoria considera que os trabalhos foram desempenhados de maneira satisfatória, estando adequados à complexidade e ao porte da instituição.

Ao longo do exercício de 2023, o Comitê de Auditoria acompanhou a condução dos trabalhos realizados pela auditoria interna, que cumpriu o plano estabelecido para o exercício. A avaliação resultou positiva em termos de cobertura e de qualidade.

As recomendações feitas pelos auditores internos foram integralmente atendidas por meio de proposição de planos de ação corretivos, com designação de responsáveis pelas implementações e datas de conclusão esperadas.

Não houve, portanto, recomendação que não tenha sido acatada no período.

Não há razões que nos levem a crer que a Diretoria adotará postura distinta em relação às eventuais recomendações que podem resultar dos trabalhos da auditoria independente a serem brevemente informadas à Diretoria para conhecimento e ação.

Por fim, os trabalhos da auditoria independente e da auditoria interna não trouxeram ao conhecimento do Comitê de Auditoria a existência de riscos residuais que pudessem afetar a solidez e a continuidade da GM Financial Brasil.

Ao longo do exercício de 2023, não se identificaram instâncias que potencialmente afetassem a objetividade e a independência das atuações das equipes de auditoria.

No que se refere à avaliação da qualidade das demonstrações financeiras, o Comitê de Auditoria entendeu que os controles e procedimentos aplicados são eficazes e conferem transparência e confiabilidade às demonstrações financeiras da GM Financial Brasil, aprovando, sem ressalvas, as demonstrações financeiras do Banco GM S.A. e da GMAC Administradora de Consórcios Ltda. referentes à data-base de 31 de dezembro de 2023.

São Paulo, 14 de março de 2024.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e Cotistas da
GMAC Administradora de Consórcios Ltda.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da GMAC Administradora de Consórcios Ltda. (“Administradora”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como a demonstração consolidada dos recursos de consórcio em 31 de dezembro de 2023 e a respectiva demonstração consolidada das variações nas disponibilidades de grupos de consórcio para o exercício findo nesta data, assim como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da GMAC Administradora de Consórcios Ltda. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como a demonstração consolidada dos recursos de consórcios em 31 de dezembro de 2023 e a respectiva demonstração consolidada das variações nas disponibilidades de grupos de consórcio para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Administradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Administradora é responsável por essas e outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Administradora de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Administradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

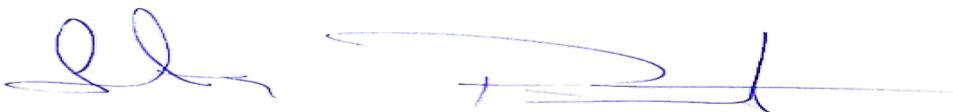
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Administradora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Administradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Administradora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 18 de março de 2024.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O



Fabricio Aparecido Pimenta
Contador CRC SP-241659/O

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	2023	2022	PASSIVO	Nota	2023	2022
CIRCULANTE		521.796	251.725	CIRCULANTE		105.332	78.697
Disponibilidades	4	55	34	Outras Obrigações		105.332	78.697
Depósitos Bancários		55	34	Obrigações Fiscais Correntes	9	20.637	17.753
Instrumentos Financeiros	5	433.835	210.755	Diversas	8	84.695	60.944
Títulos e Valores Mobiliários		433.835	210.755	NÃO CIRCULANTE		106.196	113.334
Outros Ativos	6	87.906	40.936	Provisões	10	21.830	17.686
Ativo Fiscal Corrente		4.201	7.738	Outras Obrigações		82.458	94.023
Despesas Antecipadas		83.191	32.857	Recursos Não Procurados	8	82.458	94.023
Diversos		514	341	Obrigações Fiscais Diferidas	9	1.908	1.625
NÃO CIRCULANTE		527.651	668.802	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		837.919	728.496
Instrumentos Financeiros	5	332.306	549.637	Capital Social	11	543.132	543.132
Títulos e Valores Mobiliários		332.306	549.637	De Domiciliados no País		543.132	543.132
Outros Ativos	6	165.684	87.900	Reserva de Lucros		294.787	185.364
Despesas Antecipadas		149.456	71.903				
Diversos		16.228	15.997				
Ativo Fiscal Diferido	6	29.661	31.265				
TOTAL DO ATIVO		1.049.447	920.527	TOTAL DO PASSIVO		1.049.447	920.527

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto o resultado líquido por cota)

	Nota	2º Semestre	Exercícios	
		2023	2023	2022
RECEITAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		32.946	65.684	56.445
Rendas com Títulos e Valores Mobiliários	5	32.946	65.684	56.445
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		32.946	65.684	56.445
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		53.926	98.399	93.993
Rendas de Prestação de Serviços	12	150.919	288.657	228.207
Outras Despesas Administrativas	13	(83.363)	(155.519)	(101.044)
Despesas Tributárias	16	(18.251)	(36.485)	(27.730)
Outras Receitas Operacionais	14	14.972	21.745	11.003
Despesas com Provisões	15	(2.747)	(5.178)	(2.998)
Outras Despesas Operacionais	15	(7.604)	(14.821)	(13.445)
RESULTADO OPERACIONAL		86.872	164.083	150.438
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS)		-	-	(220)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO		86.872	164.083	150.218
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	7a	(28.420)	(54.660)	(50.312)
Provisão para Tributos Correntes	7b	(30.525)	(52.773)	(37.121)
Provisão para Tributos Diferidos	7b	(111)	(283)	(360)
Ativo Fiscal Diferido	7e	2.216	(1.604)	(12.831)
RESULTADO LÍQUIDO	11	58.452	109.423	99.906
RESULTADO LÍQUIDO POR COTA		0,11	0,20	0,18
Total de cotas 543.132.650				

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	<u>2º Semestre</u>	<u>Exercícios</u>	
	<u>2023</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Resultado Líquido do Período	58.452	109.423	99.906
RESULTADO ABRANGENTE	58.452	109.423	99.906

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	Capital Social	Reserva de Lucros		Lucros Acumulados	Total
		Legal	Outras		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	543.132	7.696	77.762	-	628.590
Resultado Líquido do Período	-	-	-	99.906	99.906
Destinação do Resultado Líquido:					
Reserva Legal	-	4.995	-	(4.995)	-
Reservas de Lucro	-	-	94.911	(94.911)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	543.132	12.691	172.673	-	728.496
Mutações do Período	-	4.995	94.911	-	99.906
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	543.132	12.691	172.673	-	728.496
Resultado Líquido do Período	-	-	-	109.423	109.423
Transferência Entre Reservas de Lucros	-	(12.691)	12.691	-	-
Destinação do Lucro:					
Reservas de Lucro	-	-	109.423	(109.423)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	543.132	-	294.787	-	837.919
Mutações do Período	-	(12.691)	122.114	-	109.423
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023	543.132	-	236.335	-	779.467
Resultado Líquido do Período	-	-	-	58.452	58.452
Destinação do Lucro:					
Reservas de Lucro	-	-	58.452	(58.452)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	543.132	-	294.787	-	837.919
Mutações do Período	-	-	58.452	-	58.452

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	Nota	2º Semestre 2023	Exercícios	
			2023	2022
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Resultado Líquido Ajustado		98.288	175.122	119.152
Resultado Líquido		58.452	109.423	99.906
Provisão para Tributos Correntes	7b	30.525	52.773	37.121
Tributos Diferidos	7e	(2.105)	1.887	13.191
Resultado com Títulos e Valores Mobiliários	5	(32.946)	(65.684)	(56.445)
Provisão para Riscos e Obrigações Legais	10b	1.962	4.253	2.049
Atualizações de Depósitos Judiciais em Garantia	14	(594)	(1.367)	(2.855)
Despesa com Comissão Diferida	13	42.994	73.837	26.185
Varição de Ativos e Passivos		(142.975)	(135.532)	(140.414)
Juros de Títulos e Valores Mobiliários Recebidos		(14.204)	(7.206)	73.928
(Aumento) Redução em Outros Créditos		30.567	47.723	(36.964)
(Aumento) Redução de Despesas Antecipadas		(112.295)	(201.724)	(130.945)
Aumento (Redução) em Outras Obrigações		(31.194)	69.181	(26.726)
Imposto de renda e Contribuição Social pagos		(15.849)	(43.506)	(19.707)
Caixa líquido proveniente (aplicado) das atividades operacionais		(44.687)	39.590	(21.262)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
(Aumento) Redução de Títulos e Valores Mobiliários		44.711	(39.569)	21.191
Caixa líquido proveniente (aplicado) nas atividades de investimento		44.711	(39.569)	21.191
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE (APLICADO) NAS ATIVIDADES		24	21	(71)
Caixa e equivalentes de caixa no início dos exercícios		31	34	105
Caixa e equivalentes de caixa no final dos exercícios		55	55	34
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		24	21	(71)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS RECURSOS DE CONSÓRCIOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	2023	2022	PASSIVO	Nota	2023	2022
Caixa e Equivalentes de Caixa		1.233	9.145	Outras Obrigações		1.472.211	1.296.565
Depósitos Bancários		1.233	9.145	Obrigações com consorciados		525.390	457.882
				Valores a Repassar		31.411	27.679
Aplicações Financeiras		548.768	466.999	Obrigações por Contemplações a Entregar		399.201	372.339
Títulos e Valores Mobiliários	5	548.768	466.999	Obrigações com a Administradora		60	69
				Recursos a Devolver a Consorciados		384.650	346.765
Outros Ativos		922.210	820.421	Recursos dos Grupos		131.499	91.831
Direitos com Consorciados Contemplados		922.210	820.421				
Normais		906.816	810.868	Compensação		8.224.236	6.599.173
Em Atraso		15.394	9.276	Recursos Mensais a Receber de Consorciados		66.295	55.655
Em Cobrança Judicial		-	277	Obrigações do Grupo por Contribuição		4.364.906	3.522.377
				Bens a Contemplar - Valor		3.793.035	3.021.141
Compensação		8.224.236	6.599.173				
Previsão Mensal de Recursos a Receber dos Consortiados		66.295	55.655				
Contribuições Devidas ao Grupo		4.364.906	3.522.377				
Valor dos Bens a Contemplar		3.793.035	3.021.141				
TOTAL DO ATIVO		9.696.447	7.895.738	TOTAL DO PASSIVO		9.696.447	7.895.738

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS VARIAÇÕES NAS DISPONIBILIDADES DOS GRUPOS DE CONSÓRCIOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	Nota	2º Semestre	Exercícios	
		2023	2023	2022
DISPONIBILIDADES NO INÍCIO DO PERÍODO		521.091	476.144	504.372
Depósitos Bancários		7.552	9.145	1.572
Aplicações Financeiras		513.539	466.999	502.800
(+) Recursos Coletados		747.882	1.427.182	1.174.658
Contribuições para Aquisição de Bens		523.059	1.001.177	845.426
Taxa de Administração		134.860	255.743	196.936
Contribuições ao Fundo de Reserva		31.709	59.603	45.692
Rendimento de Aplicações Financeiras		25.212	50.901	44.870
Multas e Juros Moratórios		3.555	6.721	5.728
Prêmio de Seguro		14.900	27.127	19.848
Reembolso de Despesas de Registro		553	1.033	830
Outros		14.034	24.877	15.328
(-) Recursos Utilizados		718.972	1.353.325	1.202.886
Aquisição de Bens		495.715	922.158	785.414
Taxa de Administração		140.518	267.416	205.061
Multas e Juros Moratórios		1.771	3.352	2.856
Prêmio de Seguro		15.550	28.139	20.491
Devolução a Consorciados Desligados		13.634	37.589	78.563
Despesas Registro de Contrato		555	1.032	830
Outros		51.229	93.639	109.671
DISPONIBILIDADES NO FIM DO PERÍODO		28.910	550.001	476.144
Depósitos Bancários		(6.319)	1.233	9.145
Aplicações Financeiras	5	35.229	548.768	466.999

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A GMAC Administradora de Consórcios Ltda. (“Administradora”), situada na Avenida Indianópolis, 3.096, São Paulo - SP, Brasil, tem como atividade a administração de grupos de consórcio, formados para aquisição de veículos, controlada diretamente pelo Banco GM S.A., com sede administrativa no mesmo endereço da Administradora, cujo controle final é detido pela General Motors Company, empresa com ações listadas na bolsa de Nova York e situada em Detroit, Michigan, Estados Unidos.

Os recursos recebidos dos grupos de consórcio são utilizados na aquisição de bens, sendo o excedente aplicado no mercado financeiro. As transações relacionadas com as operações dos grupos de consórcio são mantidas em contas específicas de compensação e resumidas por meio das demonstrações consolidadas dos recursos de consórcio e das variações nas disponibilidades dos grupos. Suas operações são conduzidas contando com a participação de empresas ligadas, inclusive quanto à prestação de serviços administrativos de forma centralizada, cujos custos são absorvidos segundo critérios de prática e razoabilidade em virtude do volume de serviços prestados.

2. ELABORAÇÃO E PUBLICAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas para a Administradora e os grupos de consórcios consolidados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, normas consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro – COSIF, incluindo as alterações normatizadas pelo BACEN, introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09. A aprovação das demonstrações financeiras pela Diretoria ocorreu em 14 de março de 2024.

Adicionalmente, a partir de janeiro de 2021, as alterações advindas da Resolução BCB nº 02/20 foram incluídas nas demonstrações financeiras. O objetivo principal dessa norma é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de contabilidade, *International Financial Reporting Standards* (IFRS). As principais alterações implementadas foram: as contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade; os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o do final do período imediatamente anterior e as demais as quais foram apresentadas; e a inclusão da Demonstração do Resultado Abrangente.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

A partir de janeiro de 2022, com a vigência da Resolução BCB nº 120/21, proveniente da Resolução CMN nº 4.924/21, as Administradoras de Consórcio passaram a observar os seguintes Pronunciamentos Técnicos CPC:

- i. Pronunciamento Técnico CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro;
- ii. Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos;
- iii. Pronunciamento Técnico CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro;
- iv. Pronunciamento Técnico CPC 46 – Mensuração do Valor Justo; e
- v. Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis são as seguintes:

3.1 Administradora

a) Resultado das operações

A receita por taxa de administração é reconhecida na apuração do resultado dentro do mês de competência, com exceção dos adiantamentos que são reconhecidos dentro do mês de recebimento. A partir de 01 de janeiro de 2022, as despesas de comissões pela venda das cotas de consórcio são apropriadas ao resultado conforme o período de vigência do grupo, sendo os montantes a diferir reconhecidos no ativo, na rubrica de despesas antecipadas. As demais receitas e despesas são contabilizadas de acordo com o regime de competência.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, de acordo com a Resolução CMN nº 4.818/20 e CPC 03 (R2), são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades, e aplicações financeiras com prazo total de até 90 dias da data de aquisição, que possuem conversibilidade imediata em caixa e estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de seu valor justo. Dentre os recursos disponíveis com essas características são classificados como equivalentes de caixa somente aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A moeda funcional adotada para a elaboração das demonstrações financeiras é o real (R\$).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

c) Instrumentos Financeiros

i. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários estão contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, sendo as aplicações em fundos de investimento atualizadas com base no valor da cota divulgado por seus respectivos administradores e aplicações em CDB contratadas com o Banco GM S.A. (controladora) atualizadas com base nas taxas acordadas. Os títulos e valores mobiliários referentes aos certificados de depósitos bancários não foram adquiridos com o propósito de serem frequentemente negociados e a Administração tem a intenção e a capacidade de mantê-los até o vencimento e, portanto, foram classificados na categoria “títulos mantidos até o vencimento”.

d) Ativos circulante e não circulante

Os ativos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores de aquisição, incluindo-se, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias “*pro rata temporis*”, auferidos e ajustados ao valor justo ou de realização, quando este for aplicável. A provisão para outros créditos deve ser constituída considerando o valor de realização de tais créditos, em virtude das garantias oferecidas e da experiência da Administração. Os demais ativos são apresentados ao valor de realização.

e) Redução ao valor recuperável dos ativos

É reconhecida uma perda por “*impairment*” se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Na avaliação da Administração, não houve indícios de perda por “*impairment*” no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

f) Passivos circulante e não circulante

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias “*pro rata temporis*”.

g) Provisões, ativos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos contingentes e obrigações legais estão sendo efetuados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09 que aprova o Pronunciamento Técnico nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

- Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.
- Provisões para riscos - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

- Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação.

- Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais, nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação fiscal.

- Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidos das provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do BACEN.

h) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro real, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro real excedente a R\$240 mil ao ano (R\$120 mil ao semestre), a provisão para contribuição social - CSLL é constituída à alíquota de 9% sobre o lucro real. São também constituídos créditos tributários sobre diferenças fiscais temporárias, prejuízo fiscal e base negativa.

i) Partes relacionadas

A divulgação de informações sobre as partes relacionadas é efetuada em consonância à Resolução CMN nº 4.818/20, que determinou a adoção do Pronunciamento Técnico – CPC 05, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, referente à divulgação de informações sobre as partes relacionadas.

j) Resultado não recorrente

De acordo com os critérios estabelecidos na Resolução BCB nº 02/20, resultado não recorrente é aquele sem relação às atividades típicas da instituição ou que ocorra incidentalmente ou sem previsão de frequência de ocorrência. A instituição deve evidenciar em nota explicativa, a natureza e origem ao resultado não recorrente.

Os eventos de resultados não recorrentes serão segmentados nas notas explicativas de resultado, juntamente à explicação do evento que os originou e seus efeitos financeiros identificados.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

k) Receitas e despesas decorrentes de contratos com clientes

A Administradora reconhece sua receita de taxa de administração como prestação de serviços por ocasião de sua competência em correlação ao recebimento das parcelas dos grupos de consórcio, com exceção das antecipações, essas são reconhecidas por ocasião de seu recebimento e, para as demais receitas, o regime de competência é utilizado.

A Resolução BCB nº 120/21 introduziu a partir de 01 de janeiro de 2022 no âmbito das administradoras de consórcio a aplicabilidade do CPC 47 – Receita de Contrato com o Cliente. Após estudos técnicos, análises e devida aprovação pela Administração, a Administradora manteve o reconhecimento de sua receita com taxa de administração no momento do recebimento das parcelas dos grupos de consórcio, sendo que a diferença de prática no reconhecimento não traz impactos materiais na receita e/ou prejudica a interpretação de seu resultado. Em face das despesas de comissão, estas são consideradas custo incremental para a obtenção do contrato e não incorreriam se este não existisse, sendo sua amortização realizada no decorrer do contrato, conforme o serviço é prestado ao cliente e no prazo inicialmente acordado.

l) Valores não procurados

Com a vigência a partir de janeiro de 2022 da Resolução BCB nº 156/21 e Instruções Normativas BCB nº 270/22 e 275/22, os valores dos grupos encerrados e que ainda não foram procurados e os correspondentes recursos aplicados deverão ser escriturados em contas de compensação, com exceção dos valores de recursos não procurados constituídos antes da Lei nº 11.795/08, que deverão constar nas contas patrimoniais. As atualizações monetárias do passivo e as rentabilidades de títulos e valores mobiliários para garantia do passivo serão reconhecidos proporcionalmente, conforme demonstradas nas notas 5 e 8.

3.2 Grupos de Consórcio

a) Aplicações Financeiras

Referem-se a aplicações financeiras em fundos de investimento efetuadas em nome dos grupos de consórcio, as quais incluem aplicações vinculadas a contemplações. Os rendimentos auferidos das aplicações são incorporados diariamente nos saldos de aplicações financeiras de cada grupo, não incidindo taxa de administração sobre estes.

b) Direitos dos consorciados contemplados

Representam os valores a receber a título de fundo comum e do fundo de reserva dos consorciados já contemplados, atualizados de acordo com os preços dos respectivos bens nas datas dos balanços.

c) Previsão mensal de recursos a receber de consorciados

Representa o valor das contribuições a receber dos consorciados ativos no mês subsequente ao balanço, a título de fundo comum e de reserva.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

d) Contribuições devidas ao grupo

Representa a previsão de recebimento dos fundos comum e de reserva até o término do grupo, calculada de acordo com os preços dos respectivos bens nas datas dos balanços.

e) Valor dos bens a contemplar

Representa o saldo dos bens a contemplar em assembleias futuras, calculado de acordo com os preços dos bens nas datas dos balanços.

f) Obrigações com consorciados

Representam, principalmente, contribuição ao fundo comum efetuada por consorciados não contemplados para aquisição de bens, as quais são atualizadas pela valorização do bem, e contribuições recebidas de consorciados dos grupos para formação do fundo comum, as quais são atualizadas de acordo com os rendimentos auferidos nas aplicações financeiras dos grupos.

g) Valores a repassar

Representam valores a repassar referentes aos pagamentos de taxa de administração, prêmios de seguros, multas e juros moratórios e outros.

h) Obrigações por contemplações a entregar

Representam créditos a repassar aos consorciados, pelas contemplações nas assembleias, acrescidos das respectivas remunerações das aplicações financeiras.

i) Recursos a devolver a consorciados

Estão representados principalmente pelos valores a serem ressarcidos aos consorciados ativos pelos excessos de amortização, por ocasião do rateio para encerramento do grupo, e aos consorciados desistentes ou excluídos, pelo valor relativo às respectivas contribuições ao fundo comum e de reserva, deduzidos das multas, quando aplicável.

j) Recursos do grupo

São representados principalmente por valores recebidos a título de fundo de reserva, rendimentos de atualização financeira, multa e juros de mora recebidos e atualização dos valores a receber de consorciados contemplados e das obrigações com consorciados não contemplados, cujo saldo líquido é rateado aos consorciados ativos quando do encerramento do grupo.

k) Informações complementares sobre os grupos em andamento

O valor da contribuição mensal a receber dos participantes dos grupos para aquisição de bens é determinado com base no valor do bem e no percentual de pagamento estabelecido para cada contribuição, de acordo com o prazo de duração dos grupos, acrescido da taxa de administração, fundo de reserva e prêmios de seguro.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

A seguir, alguns dados adicionais dos grupos de consórcio:

	2023	2022
Quantidade de grupos ativos	245	236
Cotas ativas contempladas	48.503	44.170
Cotas ativas não contempladas	57.260	48.381
Total de cotas ativas	105.763	92.551
Cotas ativas em dia	103.541	82.609
Cotas ativas inadimplentes	2.222	9.942
Cotas ativas contempladas inadimplentes	1.830	3.203
Cotas ativas não contempladas inadimplentes	392	6.739
Total de cotas ativas	105.763	92.551
% de inadimplentes	2,10%	10,74%
Cotas ativas quitadas	10.046	10.715
Quantidade de bens pendentes de entrega	24.696	5.450
Quantidade de cotas inativas excluídas	74.591	224.180
Quantidade de bens entregues	13.533	12.742

4. DISPONIBILIDADES

Disponibilidades incluídas na demonstração dos fluxos de caixa compreendem:

	2023	2022
Disponibilidades em Moeda Nacional	55	34
Total	55	34

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

A conta de títulos e valores mobiliários possui a seguinte composição:

	Administradora		Grupos	
	2023	2022	2023	2022
Certificados de Depósitos Bancários				
Banco GM S.A. - CDB Prefixado (i) (nota 17d)	683.682	666.369	-	-
Cotas de Fundos de Investimento				
Fundo de Investimento em DI (ii)	82.459	94.023	548.768	466.999
Total	766.141	760.392	548.768	466.999

- (i) São representados por Certificados de Depósitos Bancários, classificados como títulos mantidos até o vencimento, com vencimentos até julho de 2024, sujeitos a atualizações financeiras pré-fixados, variáveis entre 6,67% (aplicação pactuada em maio de 2020) e 14,06% (aplicação pactuada em novembro de 2022). O resultado de Certificados de Depósitos Bancários foi de R\$ 58.605 (R\$ 47.471 em 31 de dezembro de 2022), conforme nota 17 d.
- (ii) São representados por aplicações em Fundo de Investimento DI não exclusivo, classificadas como mantidas até o vencimento pela Administradora, e como disponíveis para venda em Grupos, sendo em ambos os casos mensuradas pela cota do fundo na data do balanço. No exercício o resultado com fundo de investimentos DI foi de R\$ 7.079 (R\$ 8.974 em 31 de dezembro de 2022).

Abertura por vencimento dos títulos e valores mobiliários em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	2023				2022			
	Sem vencimento	Até 12 meses	De 1 a 4 anos	Total	Sem vencimento	Até 12 meses	De 1 a 4 anos	Total
Administradora								
Certificados de Depósitos Bancários	-	433.835	249.847	683.682	-	116.732	549.637	666.369
Fundo Santander Ref. DI Exclusive	82.459	-	-	82.459	94.023	-	-	94.023
Total	82.459	433.835	249.847	766.141	94.023	116.732	549.637	760.392
Grupos								
Fundo Santander Ref. DI Exclusive	548.768	-	-	548.768	466.999	-	-	466.999
Total	548.768	-	-	548.768	466.999	-	-	466.999

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

6. OUTROS ATIVOS E ATIVO FISCAL DIFERIDO

A rubrica de Outros Ativos possui a seguinte composição:

	2023	2022
Comissões Diferidas (i)	232.647	104.760
Créditos Tributários - IR e CS (nota 7c)	29.661	31.265
Depósitos Judiciais	16.228	15.997
Impostos a Recuperar (ii)	4.201	7.738
Outros Créditos	514	341
Total	283.251	160.101
Ativo Circulante	87.906	40.936
Ativo Não Circulante	195.345	119.165
Total	283.251	160.101

- (i) Diferimento de comissões pela negociação de contratos e consideradas como custo incremental. Com o advento da Resolução BCB nº 120/21, o Banco Central do Brasil adotou a prática do CPC 47 para as administradoras de consórcio, fazendo com que as comissões deixassem de ser reconhecidas integralmente no início do contrato e fossem apropriadas conforme a vida útil dele.
- (ii) Refere-se substancialmente a impostos de renda retidos na fonte sobre Títulos e Valores Mobiliários - CDB Prefixado e imposto de renda e contribuição social a compensar do período corrente.

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

- a) Cálculo dos encargos com imposto de renda - IRPJ e contribuição social - CSLL incidentes sobre as operações dos exercícios:

	2023		2022	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Resultado Antes da Tributação	164.083	164.083	150.218	150.218
Alíquota Utilizada para Cálculo	25%	9%	25%	9%
Despesa de Acordo com Alíquotas	(41.021)	(14.767)	(37.555)	(13.520)
Total de IR e CS sobre despesas permanentes	(41.021)	(14.767)	(37.555)	(13.520)
Outras Adições/Exclusões Permanentes	(418)	(151)	(281)	(102)
Incentivo Projetos Culturais	1.673	-	1.122	-
Adicional de Imposto de Renda	24	-	24	-
Despesas de IR e CS no período	(39.742)	(14.918)	(36.691)	(13.622)
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	(54.660)	(14.918)	(50.312)	(13.622)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

- b) Composição dos créditos/despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos e correntes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	2023		2022	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
IR e CS Correntes Devidos	(38.391)	(14.382)	(26.991)	(10.130)
Prejuízo Fiscal	(5.849)	(2.155)	(12.059)	(4.342)
Provisão Para Cíveis e Trabalhistas	792	285	287	104
Provisão Para Riscos Fiscais	245	88	223	80
Provisões Para Comissões	3.669	1.321	2.115	761
Correção de Depósitos Judiciais	(208)	(75)	(265)	(95)
Total	(39.742)	(14.918)	(36.690)	(13.622)
Total de IR e CS	(54.660)		(50.312)	

- c) Origem dos ativos fiscais diferidos:

	2023		2022	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Prejuízo e Base Fiscal Negativa	-	-	5.849	2.155
Adições Temporárias:				
Provisão Para Riscos Fiscais	3.232	1.163	2.987	1.075
Provisão Para Cíveis e Trabalhistas	2.228	801	1.435	517
Provisão Para Comissões	16.350	5.887	12.682	4.565
Total	29.661		31.265	

- d) Realização do valor presente dos ativos fiscais diferidos ativados de imposto de renda e contribuição social em 31 de dezembro de 2023:

Ano	IR		CS		Valor Contábil	Valor Presente
	Adições Temporárias	Prejuízo Fiscal	Adições Temporárias	Prejuízo Fiscal	Total	Total
2024	17.061	-	6.141	-	23.202	21.019
2025	2.830	-	1.019	-	3.849	3.176
2026	305	-	110	-	415	314
2027	150	-	54	-	204	141
2028	1.464	-	527	-	1.991	1.249
Total	21.810	-	7.851	-	29.661	25.899

O valor presente, calculado com base na taxa SELIC, é de R\$ 25.899 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 26.706 em 31 de dezembro de 2022).

Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos considerando a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base em estudo técnico elaborado semestralmente que considera as expectativas da Administração quanto à realização dos referidos créditos, as projeções orçamentárias da Administradora e os indicadores econômico-financeiros.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

e) Movimentação dos ativos fiscais diferidos e das obrigações fiscais diferidas:

	2022	Constituição (Realização)	2023
Provisão Para Riscos Fiscais	4.062	333	4.395
Provisão Para Cíveis e Trabalhistas	1.952	1.077	3.029
Provisão Para Comissões	17.247	4.990	22.237
Total de Créditos Sobre Diferenças Temporárias	23.261	6.400	29.661
Créditos de Prejuízo Fiscal	5.849	(5.849)	-
Crédito de Base Negativa de Contribuição Social	2.155	(2.155)	-
Total de Créditos Tributários Sobre Prejuízo Fiscal e Base Negativa	8.004	(8.004)	-
Total de Ativos Fiscais Diferidos (nota 6)	31.265	(1.604)	29.661
Obrigações Fiscais Diferidas:			
IR e CS Sobre Atualizações de Depósitos Judiciais	(1.625)	(283)	(1.908)
Total de Obrigações Fiscais Diferidas (nota 9)	(1.625)	(283)	(1.908)
Saldo Líquido	29.640	(1.887)	27.753

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	2021	Constituição (Realização)	2022
Provisão Para Riscos Fiscais	3.759	303	4.062
Provisão Para Cíveis e Trabalhistas	1.561	391	1.952
Provisão Para Comissões	14.371	2.876	17.247
Total de Créditos Sobre Diferenças Temporárias	19.691	3.570	23.261
Créditos de Prejuízo Fiscal	17.908	(12.059)	5.849
Crédito de Base Negativa de Contribuição Social	6.497	(4.342)	2.155
Total de Créditos Tributários Sobre Prejuízo Fiscal e Base Negativa	24.405	(16.401)	8.004
Total de Ativos Fiscais Diferidos (nota 6)	44.096	(12.831)	31.265
Obrigações Fiscais Diferidas:			
IR e CS Sobre Atualizações de Depósitos Judiciais	(1.265)	(360)	(1.625)
Total de Obrigações Fiscais Diferidas (nota 9)	(1.265)	(360)	(1.625)
Saldo Líquido	42.831	(13.191)	29.640

8. OUTRAS OBRIGAÇÕES DIVERSAS

Composição de outras obrigações diversas:

	2023	2022
Obrigações com Grupo de Consórcios/Consoiciados (i)	82.458	94.023
Provisão para Comissões	70.936	50.727
Valores a Pagar a Sociedades Ligadas (nota 17d)	4.751	4.058
Outras Obrigações	9.008	6.159
Total	167.153	154.967
Passivo Circulante	84.695	60.944
Passivo Não Circulante	82.458	94.023
Total	167.153	154.967

- (i) Referem-se a recursos não procurados a devolver a consorciados de grupos de consórcio encerrados anteriores a Lei nº 11.795/08, os quais são atualizados pelo rendimento da cota do Fundo de Investimento DI. Os valores posteriores a Lei são controlados em conta de compensação e são atualizados. Os valores posteriores a Lei totalizaram R\$ 78.009 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 93.196 em 31 de dezembro de 2022).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

9. OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES E DIFERIDAS

Composição de obrigações fiscais correntes e diferidas em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	2023	2022
Provisão Para Imposto Sobre o Lucro Corrente - IRPJ e CSLL	17.625	14.940
Outros Impostos Indiretos a Pagar (i)	3.012	2.813
Obrigações fiscais diferidas (ii) (Nota 7e)	1.908	1.625
Total	22.545	19.378
Passivo Circulante	20.637	17.753
Passivo Não Circulante	1.908	1.625
Total	22.545	19.378

- (i) Referem-se basicamente aos impostos sobre faturamento (PIS, COFINS e ISS) no montante de R\$ 2.713 (R\$ 2.620 em 31 de dezembro de 2022) e tributos retidos na fonte sobre contratação de serviços R\$ 300 (R\$ 193 em 31 de dezembro de 2022).
- (ii) Refere-se à constituição do passivo fiscal diferido sobre a receita de atualização monetária dos depósitos judiciais até a efetiva disponibilização dos recursos depositados em juízo.

10. PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRABALHISTAS E OBRIGAÇÕES LEGAIS

a) Composição das provisões de riscos cíveis, trabalhistas e obrigações legais em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	2023	2022
Provisões Para Riscos Fiscais	12.927	11.946
Provisões Para Riscos Cíveis	8.207	5.314
Provisões Para Riscos Trabalhistas	696	426
Total	21.830	17.686

b) Movimentação das provisões e obrigações legais:

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	11.946	426	5.314	17.686
Constituições (Reversões)	981	379	2.893	4.253
Valores Pagos	-	(109)	-	(109)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	12.927	696	8.207	21.830
Saldo em 31 de dezembro de 2021	11.056	468	4.126	15.650
Constituições (Reversões)	890	(29)	1.188	2.049
Valores Pagos	-	(13)	-	(13)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	11.946	426	5.314	17.686

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

Resumo dos passivos contingentes classificados como possíveis:

	2023		2022	
	Quantidade de Processos	Montante	Quantidade de Processos	Montante
Cíveis	303	6.397	558	7.264
Fiscais	9	2.498	9	2.412
Trabalhista	7	559	2	50
Total	319	9.454	569	9.726

Riscos fiscais

Referem-se basicamente às obrigações legais tributárias relativas a impostos e contribuições decorrentes do questionamento judicial e/ou administrativo, os quais estão integralmente provisionados, como segue:

- PIS - Mandado de Segurança visando à declaração de inconstitucionalidade da Lei nº 9.718/98 que expandiu a base de cálculo da contribuição para o PIS, para permitir o recolhimento nos termos da LC nº 7/70 (PIS-repique), ou, subsidiariamente, da Lei nº 9.715/98 (PIS-Faturamento); e
- A Administradora iniciou uma nova discussão judicial fiscal em julho de 2017, para discutir a incidência do ISS sobre taxa de administração, no montante de R\$ 9.536 até a data da publicação.

Riscos trabalhistas

São ações movidas por terceiros, prestadores de serviços, pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos. As ações são controladas individualmente e as provisões são constituídas com base no histórico de pagamentos realizados, nas verbas pleiteadas e na fase processual de cada ação.

Riscos cíveis

São ações judiciais de caráter indenizatório ou revisional de cláusulas referentes à relação contratual, em que há probabilidade de desembolso financeiro.

As ações são controladas individualmente e as indenizatórias provisionadas de acordo com a avaliação de êxito/perda pelos assessores jurídicos, levando em consideração a situação de cada processo, bem como o entendimento do Poder Judiciário local em relação ao assunto em discussão.

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas decorrentes de processos judiciais e dos depósitos judiciais envolvidos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social é constituído por 543.132.650 cotas sem valor nominal, das quais 543.132.627 são integralizadas por empresa constituída no país e 23 no exterior, no montante total de R\$ 543.132 em 31 de dezembro de 2023 (543.132.650 cotas sem valor nominal, no montante de R\$ 543.132 em 31 de dezembro de 2022).

Em assembleia realizada na data de 28 de abril de 2023, a Administração decidiu realizar a transferência do valor de R\$ 12.691 da Reserva Legal para Outras Reservas de Lucro, não havendo na legislação ressalvas que determinem a obrigatoriedade de a Administradora manter esses valores como Reserva Legal.

Conforme previsto no contrato social, aos cotistas é assegurado dividendo mínimo anual não inferior a 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei. Apesar do fato da Administradora ter auferido lucro líquido de R\$ 109.423 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 99.906 em 31 de dezembro de 2022), a destinação dos lucros será definida em assembleia geral ordinária conforme contrato social.

12. RENDAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

As receitas de prestação de serviços referem-se, principalmente, à taxa de administração paga mensalmente pelos consorciados, no montante de:

	2º Semestre	Exercícios	
	2023	2023	2022
Taxa de Administração de Grupos Ativos	140.699	267.629	205.069
Taxa de Administração de Grupos Encerrados	9.443	19.374	21.604
Serviços Acessórios	777	1.654	1.534
Total	150.919	288.657	228.207

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

13. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2º Semestre	Exercícios	
	2023	2023	2022
Recorrente	(83.363)	(155.519)	(101.044)
Comissões Pagas às Concessionárias (ii)	(42.994)	(73.837)	(26.185)
Despesa de rateio com partes relacionadas (i) (nota 17d)	(28.058)	(53.735)	(44.477)
Sistemas de Processamento de Dados	(5.302)	(11.721)	(15.064)
Propaganda e Publicidade	(2.543)	(4.955)	(6.680)
Despesas Tributárias Administrativas	(66)	(3.353)	(4)
Serviços Técnicos Especializados	(1.868)	(2.957)	(1.785)
Serviços de Terceiros	(1.631)	(2.669)	(2.753)
Outras Despesas Administrativas	(434)	(1.641)	(2.128)
Despesas com Sistema Financeiro	(353)	(426)	(936)
Sistemas de Comunicação	(114)	(225)	(1.032)
Total	(83.363)	(155.519)	(101.044)

- (i) Refere-se a reembolso de despesa com folha de pagamento e prediais realizada para o Banco GM S.A., informado como partes relacionadas na nota explicativa 17.
- (ii) Refere-se à despesa diferida de comissões apropriadas no decorrer do prazo do contrato, em consonância à Resolução BCB nº 120, vigente no início de 2022, que adotou o CPC 47.

14. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	2º Semestre	Exercícios	
	2023	2023	2022
Recorrente	5.120	11.893	11.003
Recuperação de Despesas	1.842	6.098	1.485
Receita de Multa e Juros	1.794	3.395	2.896
Receita de Atualização Monetária de Depósitos Judiciais e Impostos a Compensar	594	1.367	2.855
Reversão de Provisão para Contingências Cíveis e Trabalhistas	890	1.033	963
Reversão de Provisão de Despesas Administrativas	-	-	2.804
Não Recorrente	9.852	9.852	11.003
Reversão de Provisão de Despesas Administrativas (i)	9.852	9.852	-
Total	14.972	21.745	-

- (i) No 2º semestre de 2023, com base na opinião jurídica de seus assessores, a Administradora decidiu pela baixa parcial do saldo de recursos não procurados que estavam sob a égide das Circulares nº 2.196/92 e nº 2.766/97. O montante das baixas foi de R\$ 9.852 e sobre essa receita não recorrente incidiram tributos de R\$ 3.350.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

15. DESPESAS COM PROVISÕES E OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	2º Semestre	Exercícios	
	2023	2023	2022
Recorrente	(10.351)	(19.999)	(16.443)
Variação Monetária de Recursos Não Procurados (i)	(2.302)	(7.079)	(8.974)
Indenizações Cíveis e Trabalhistas	(2.570)	(4.375)	(2.727)
Provisões Cíveis e Trabalhistas	(2.370)	(4.305)	(2.121)
Incentivos Culturais	(1.673)	(1.673)	(1.122)
Outras Despesas Operacionais	(954)	(1.586)	(609)
Atualização Monetária de Contingências Fiscais	(482)	(981)	(890)
Total	(10.351)	(19.999)	(16.443)

- (i) Refere-se à variação monetária dos recursos não procurados a devolver a consorciados de grupos de consórcio encerrados, os quais são atualizados pela variação da cota do Fundo de Investimento Santander Referenciado DI Títulos Públicos Exclusive (até abril de 2022 a atualização era realizada pelo Fundo de Investimento BRAM Referenciado DI Federal II).

16. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	2º Semestre	Exercícios	
	2023	2022	2023
COFINS	(8.783)	(18.102)	(13.400)
ISS	(7.638)	(14.607)	(11.555)
PIS	(1.830)	(3.776)	(2.775)
Total	(18.251)	(36.485)	(27.730)

17. PARTES RELACIONADAS

- a) Remuneração da administração

Na assembleia geral, realizada anualmente no mês de junho são validadas as premissas da remuneração à diretoria, conforme política do grupo GMF.

- b) Benefícios de curto prazo

Salários e Honorários da Diretoria Executiva	2023	2022
Remuneração Fixa	769	778
Remuneração Variável	456	846
Total	1.225	1.624

- c) Rescisão do contrato relacionados à Administração

Os contratos possuem prazo indeterminado. A extinção da relação contratual, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

d) Transações com partes relacionadas

Os saldos patrimoniais e de resultado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 são resumidos como segue:

	2023		2022	
	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)
Empresas Controladoras				
Banco GM S.A.:				
Títulos e Valores Mobiliários (nota 5)	683.682	58.605	666.369	47.471
Outras Obrigações Diversas (nota 8 e 13)	(4.751)	(53.735)	(4.058)	(44.477)

18. GERENCIAMENTO DE RISCO

(a) Em consonância com a regulamentação vigente, as práticas adotadas no mercado, e as recomendações do comitê da Basileia, a Instituição, para suportar o adequado gerenciamento de seus riscos, adota as seguintes práticas:

(i) Departamento de Riscos Corporativos – Departamento específico responsável pela gestão dos riscos de mercado e IRRBB (*Interest Rate Risk in the Banking Book*), liquidez, operacional, social, ambiental, climático, cibernético, estratégico, reputacional e gestão de capital da Chevrolet Serviços Financeiros. Além disso, o departamento também tem a responsabilidade de monitorar e reportar à CRO uma visão consolidada dos riscos, recebendo, analisando e apurando informações a respeito dos riscos de crédito (Atacado e Varejo), de conformidade, legal, e continuidade de negócios, criando uma visão integrada para adequada gestão de riscos e capital pela CRO, com o objetivo de alcançar equilíbrio adequado entre risco e retorno, diminuindo os riscos desnecessários e protegendo os retornos financeiros da empresa. Além disto, a área atua assegurando a adequação e monitoramento dos indicadores estabelecidos na Declaração de Apetite a Riscos (*Risk Appetite Statement – RAS*), suprindo e reportando à CRO;

(ii) Risco de Crédito – Consiste na possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes do não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos acordados em contratos. Visando a sua mitigação e controle, e em conformidade com a Resolução do CMN nº 4.557/17, a Instituição estabeleceu a diretoria de riscos como a responsável pela sua gestão, e as áreas de risco de crédito (Atacado e Varejo), como responsáveis por monitorar os indicadores de crédito para, caso haja necessidade, estabelecer correções imediatas segundo o planejamento, estratégia e o apetite a riscos adotados pela organização;

(iii) Risco Operacional – Em conformidade com a Resolução do CMN nº 4.557/17, a Instituição estabeleceu a diretoria de riscos como a responsável pela gestão do risco operacional, e a área de Riscos Corporativos como a responsável por avaliar os processos e controles internos, monitorar os indicadores de risco operacional (KRIs), fomentar discussões sobre os

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

eventos de riscos operacionais ocorridos e/ou potenciais e estabelecer planos de ação, conforme o planejamento e estratégia adotados pela organização;

- (iv) Risco de Mercado e IRRBB – Em conformidade com a Resolução do CMN nº 4.557/17, a Instituição estabeleceu a diretoria de riscos como a responsável pela gestão do risco de mercado, e a área de Riscos Corporativos, como a responsável por monitorar e avaliar o nível de exposição a risco das carteiras de negociação e bancária, incluindo acompanhamento do IRRBB (*Interest Rate Risk of the Banking Book*), mensurando o impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição financeira. As avaliações são realizadas com o objetivo de manter o risco de mercado da Chevrolet Serviços Financeiros em níveis compatíveis com a sua estrutura, estratégia, e apetite a riscos;
- (v) Risco de Liquidez – Em conformidade com a Resolução do CMN nº 4.557/17, a Instituição estabeleceu a diretoria de riscos como a responsável pela gestão do risco de liquidez, e a área de Riscos Corporativos como a responsável por realizar o monitoramento e o controle independente de indicadores como o TRF (*Time to Require Funding*), Descasamento de Taxas e Moedas, LCR, Caixa Mínimo e Concentração de Funding, conforme os limites estabelecidos adequadamente para financiar suas atividades de forma prudente e eficaz em termos de custos e gerenciamento do risco;
- (vi) Gerenciamento de Capital – De acordo com a Resolução do CMN nº 4.557/17, define-se o gerenciamento de capital como o processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela instituição, a avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está sujeita, e o planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição. A política relacionada à Gestão de Capital da Chevrolet Serviços Financeiros estabelece as regras definidas e aprovadas pelo Comitê Executivo e abrange os seguintes pontos: papéis e responsabilidades, métricas da gestão de capital, regras de cálculo do capital, limites operacionais, planos de contingência e monitoramento contínuo. A Chevrolet Serviços Financeiros busca manter o capital em níveis adequados de acordo com sua estratégia, de forma que haja uma margem prudente em relação ao patamar mínimo estabelecido pelo regulador local, sem comprometer os resultados do negócio;
- (vii) Riscos Social, Ambiental e Climático – De acordo com a Resolução CMN nº 4.943/21, o risco social é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados à violação de direitos e garantias fundamentais ou a atos lesivos ao interesse comum; o risco ambiental é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados à degradação do meio ambiente, incluindo o uso excessivo de recursos naturais; e o risco climático é definido em duas vertentes: o risco climático de transição é a possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados ao processo de transição para uma economia de baixo carbono, em que a emissão de gases do efeito estufa é reduzida ou compensada e os mecanismos naturais de captura desses gases são preservados; e o risco climático físico é a possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados a intempéries frequentes e severas ou a alterações ambientais de longo prazo, que possam ser relacionadas a mudanças em padrões climáticos. A Chevrolet Serviços Financeiros possui uma Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PR SAC),

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

monitorada, atualizada e posta em prática pela área de Riscos Corporativos, visando identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controles e mitigar estes riscos, quando presentes nas suas atividades e operações. Esta estrutura prevê estratégias, limites e procedimentos destinados a manter a exposição aos riscos em conformidade com os níveis fixados na RAS, e também a garantir o devido aproveitamento de oportunidades sociais, ambientais e climáticas identificadas na condução de seus negócios;

- (viii) Risco de Conformidade - O risco de sanções legais ou regulatórias, perdas financeiras ou danos à reputação resultantes da falha em cumprir: (i) leis e regulamentos; (ii) regras, códigos de conduta ou padrões/normas de organizações autorreguladoras às quais a Chevrolet Serviços Financeiros está sujeita ou das quais é membro; e (iii) políticas e procedimentos internos. Buscando o alinhamento entre as melhores práticas no que tange o gerenciamento de riscos ao perfil de negócio, às características da Instituição, e ao ambiente regulatório, a área de *Compliance* da Chevrolet Serviços Financeiros gerencia este risco de conformidade de forma estruturada, apoiada em normas e procedimentos corporativos, além de programas de conformidade, visando primariamente garantir que todas as regras aplicáveis estão sendo atendidas;
- (ix) Risco Legal - O risco legal é associado à incorreta interpretação, aplicação e/ou não cumprimento dos dispositivos legais, regulamentações, acordos e preceitos éticos nas práticas das empresas, bem como à inadequação ou deficiência em seus contratos, podendo ter como consequências, incluindo, mas não se limitando a, sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais, diminuição do valor dos ativos, contingências maiores do que as esperadas e indenizações por danos a terceiros. A Chevrolet Serviços Financeiros através de seu departamento Jurídico, atua de forma ativa para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar o risco legal inerente ao seu negócio;
- (x) Risco Estratégico - O risco de estratégia é definido como a possibilidade de perda decorrente da utilização de uma estratégia, premissas ou política de negócios inadequadas, ou de falta destas, incluindo a ausência ou execução equivocada de resposta a alterações de mercado e a fatores externos. A Chevrolet Serviços Financeiros possui um processo regular, completo e consistente de planejamento estratégico, visando a projeção, acompanhamento e gestão de todos os indicadores estrategicamente relevantes para o seu negócio, de forma a subsidiar robustamente a tomada de decisão pela gestão;
- (xi) Risco Reputacional - O risco reputacional é definido como a ocorrência ou possibilidade de exposição negativa que impacte a percepção daqueles com os quais se relaciona, incluindo clientes, investidores, agências de *rating*, colaboradores e órgãos reguladores, em relação às práticas de negócio, conduta ou condição financeira da Instituição. A gestão do risco reputacional na Chevrolet Serviços Financeiros é realizada a partir de processos contidos em diversas áreas da Instituição, os quais têm como objetivo mitigar a ocorrência de eventos que afetem a reputação, bem como atuar no controle e minimização da disseminação desses impactos;
- (xii) Risco Cibernético - O risco cibernético é definido como o risco de ocorrerem eventos e perdas relacionados a dependências tecnológicas, e à interconexão entre sistemas,

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

processos e instituições, vulneráveis a falhas ou ataques cibernéticos cujos efeitos podem ter proporções sistêmicas. A Chevrolet Serviços Financeiros mantém sólidas práticas de segurança cibernética no ambiente de negócios, contando com estruturas locais e globais dedicadas ao monitoramento contínuo, atualização e execução das melhores práticas, ferramentas e processos, visando mitigar este risco e garantir a gestão segura de informações e a proteção de dados de clientes e fornecedores.

- (xiii) Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) - A Avaliação de Riscos na Continuidade dos Negócios é o processo de avaliar ameaças e vulnerabilidades de ativos, estimando potenciais perdas ou danos a eles atrelados, além das respectivas respostas a situações de interrupção ou indisponibilidade prolongada de infraestrutura ou de operação das áreas de negócio da Chevrolet Serviços Financeiros, buscando evitar o estabelecimento de cenários de crise. Assim, fornece uma estrutura para o gerenciamento de riscos em termos de probabilidade e magnitude do impacto da perspectiva de continuidade.
- (xiv) Risco País – De acordo com a Resolução do CMN nº 4.557/17 (alterada pela Resolução do CMN nº 5.089/23), define-se o risco país como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas a eventos relacionados a jurisdição estrangeira, incluindo também: o risco soberano, no caso de exposição assumida perante governo central de jurisdição estrangeira; e o risco país indireto, no caso de evento relacionado a jurisdição estrangeira diversa daquela onde está localizada a contraparte ou o emissor de instrumento mitigador de risco associado a exposição assumida pela instituição, quando a contraparte ou o emissor possam ser significativamente impactados pelo respectivo evento. O Risco País é levado em consideração no Gerenciamento Integrado de Riscos pela Instituição, mas sua exposição atualmente não é considerada relevante.
- (xv) Risco de Transferência – De acordo com a Resolução do CMN nº 4.557/17 (alterada pela Resolução do CMN nº 5.089/23), define-se o risco de transferência como a possibilidade de ocorrência de entraves na conversão cambial dos recursos necessários à liquidação de obrigação perante a instituição, no caso em que esses recursos estejam localizados em jurisdição diversa daquela onde será realizada a respectiva liquidação. O Risco de Transferência é levado em consideração no Gerenciamento Integrado de Riscos pela Instituição, mas sua exposição atualmente não é considerada relevante.

